

TERRITÓRIOS ESPOLIADOS: AS RESISTÊNCIAS DAS COMUNIDADES DE FUNDO E FECHO DE PASTO NO OESTE BAIANO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-249>

Data de submissão: 21/01/2025

Data de publicação: 21/02/2025

Wilian Ribeiro de Padua

Doutorando em Geografia pela UFG – Universidade Federal de Goiás

wrpadua@hotmail.com

RESUMO

O artigo possui como objetivo compreender a espoliação do território onde secularmente vivem as comunidades de Fundo e Fecho de Pastos no Oeste Baiano, principalmente, na região de Correntina/BA. O objetivo, também, se estende à percepção da mobilização destas comunidades, principalmente contra o agronegócio, visando manter seus territórios e, por consequência, seu meio e modo de vida. A metodologia está calcada nos procedimentos da pesquisa qualitativa, como pesquisa de campo, observação participante e diário de campo. As questões teóricas e metodológicas basearam-se nas reflexões propostas a partir da Geografia do Trabalho e Agrícola. O agronegócio, não concretiza apenas a espoliação dos territórios das comunidades tradicionais, pois a água é quase que monopolizada para atender as demandas da monocultura, a derrubada do bioma para ampliação das áreas de plantio, além do envenenamento destes mesmos rios e solos através dos agrotóxicos utilizados indiscriminadamente. O Estado, subserviente ao agronegócio e omissa às necessidades dos trabalhadores foi um dos geradores do conflito de 02 de novembro de 2017. As comunidades tradicionais continuam em uma constante mobilização, os ataques a seus territórios não cessaram e o clima de uma nova escalada de violência está constantemente no ar.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais. Território. Agronegócio. Conflitos.

1 INTRODUÇÃO

O artigo possui como objetivo compreender a espoliação do território onde secularmente vivem as comunidades de Fundo e Fechos de Pastos no Oeste Baiano (Figura 01), principalmente na região de Correntina/BA. O objetivo, também, se estende à percepção da mobilização destas comunidades, principalmente, contra o agronegócio, visando manter seus territórios e, por consequência, seu meio e modo de vida.

Figura 01: Municípios que compreendem o Oeste Baiano



Fonte: Miriam Hermes, Jornal da Tarde, 2013

A metodologia está calcada nos procedimentos da pesquisa qualitativa, como pesquisa de campo, observação participante e diário de campo. As questões teóricas e metodológicas se basearam nas reflexões propostas a partir da Geografia do Trabalho e Agrícola.

A pouco mais de 500 km da capital do Brasil, eclodiu em 02 de novembro de 2017, um dos mais significativos atos espontâneos de resistência do século XXI. Em Correntina, município situado no Oeste do estado da Bahia, comunidades tradicionais, que vinham há séculos perdendo seus territórios, chegaram ao seu limite.

Estas comunidades fazem uso de um costume secular, onde criam seus caprinos, ovinos e bovinos soltos em áreas devolutas, conforme descreve Santos (2010, p. 23):

As terras de uso comum ocorrem em diferentes estados brasileiros e com diferentes combinações na relação que os camponeses desenvolvem com os recursos naturais, particularmente com a terra. No Nordeste ganha visibilidade o uso comum das chamadas “terras soltas”, historicamente engendrado no cenário agrário nordestino desde o período colonial. Na Bahia o correspondente das “terras soltas”, resguardadas as especificidades históricas e locais, são os “fundos e fechos de pasto”. Nestas terras de uso comum são criados caprinos, e ovinos de forma extensiva nos sertões baianos.

Santos (2010, p. 38), complementa ainda: “Normalmente, esse uso ocorre em terras consideradas devolutas, apropriadas por meio de posse ou compra, embora, na maioria absoluta dos casos, os grupos envolvidos não tenham conseguido comprovar tal fato”.

A verdade é que as comunidades de Fundo e Fechos de Pastos do Oeste Baiano estão a pelo menos 300 anos vivendo e sobrevivendo em seus territórios. Por certo, sempre houve problemas, porém, desde a década de 1960, as lutas por estes territórios passaram a serem mais acirradas, conforme descreve Santos (2010, p. 16):

A reprodução social destes grupos foi fortemente afetada pelo movimento contraditório desencadeado pelos conflitos vivenciados por eles a partir do final de 1960, o que impulsionou sua consciência de classe no transcorrer das lutas pelo bode solto e da luta na/pela terra.

Os conflitos ocorridos na década de 1960 não foi por acaso, pois este período coincide com a revolução verde¹, e uma destas revoluções aconteceu com a incorporação do Cerrado como nova fronteira agrícola. Neste ínterim, assim como apontado por Mendonça; Pelá (2011, p. 01): “O Cerrado passa a se constituir em territórios em disputa”.

A disputa do território no bioma Cerrado passa a acontecer quando este é “marcado” para servir como uma região agrícola moderna, tal qual descreve Pereira (2015, p.67): “Foi assim que a técnica e a ciência decisivamente contribuíram para a reformulação do mapa da produção agrícola no Brasil, expandindo as fronteiras da agricultura e redefinindo o uso do território no interior do país”.

Portanto, as pressões sobre as comunidades de Fundo e Fechos de Pastos começaram 47 anos antes do fatídico “02 de novembro de 2017”. Essas pressões são frutos das relações de poder que ocorrem no território, conforme descreve Freitas (2015, p.199):

Tendo em vista as distintas relações de poder que se materializam no território, é possível afirmar que ocorrem diversos conflitos quanto ao seu uso e apropriação – a partir dos distintos interesses dos atores que o compõem. Em meio a esses conflitos, o Estado aparece como o grande mediador, quando se reconhece que está simbioticamente ligado ao território, e uma estratégia para tal mediação ocorre justamente por meio das políticas públicas.

¹ A Revolução Verde consistiu na modernização da agricultura em escala global, efetivada por meio da incorporação de inovações tecnológicas na produção. Teve como base as sementes geneticamente modificadas, os maquinários agrícolas e os insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos. No Brasil, a incorporação técnica foi feita por meio de incentivos governamentais concomitantemente à expansão das fronteiras agrícolas para as regiões de Cerrado.

No Oeste Baiano, “o poder mediador do Estado se fez de rogado”, fingia não conhecer o problema existente e, de pequenos em pequenos conflitos, chega-se ao dia 02 de novembro, momento em que as comunidades não mais suportavam as agressões sofridas há décadas, conforme descreve Gonçalves; Chagas (2020, p. 03):

No dia 02 de novembro de 2017, feriado de finados na tradição católica, o município de Correntina, no Oeste da Bahia, foi palco de um conflito que ganhou o noticiário nacional e repercussão internacional. O evento envolveu entre 600 e 1.000 pessoas numa ação em duas fazendas do grupo Igarashi onde foram destruídos equipamentos de transmissão de energia, galpões, bombas hidráulicas, tubulações, tratores e pivôs de irrigação.

Somente após o fatídico embate, é que o Estado se viu obrigado a intervir. Dessa forma, quando o poder estatal percebe a organização dos “Feicheiros”, o mesmo se vê obrigado a ouvi-los, tal qual defendido por Poulantzas (1980, p. 153): “Deste modo, apesar do Estado servir para organizar as classes dominantes e para desorganizar as classes dominadas este pode, por meio de contestações organizadas e recorrentes das classes subordinadas, ser disfuncional aos interesses intransigentes da burguesia”.

Primeiro, as comunidades tradicionais se organizaram e rebelaram-se, e com o apoio “inesperado” da população de Correntina (Figura 02), o estado executou seu papel mediador. Em seguida, por algum tempo, voltou seus olhos aos “Feicheiros”, todavia com o passar do tempo, o Agronegócio voltou a atuar contra a terra, a água e o modo de vida das comunidades de Feicho e Fundos de Pastos.

Figura 02: Ato Público no centro de Correntina a favor das comunidades afetadas



Fonte: Livro Pivôs da discórdia

No entanto, quase seis anos após o ápice das revoltas camponesas, o Estado voltou a fazer seu papel, retornou seu olhar para os detentores do capital, voltando a ignorar problemas de grilagem, devastação do Cerrado, uso e contaminação do solo e da água. Polantzas (1980, p. 171), já identificava este papel do estado, conforme descrito:

No geral, o Estado capitalista em seu conjunto se condensa na contradição intrínseca às lutas de classes e, deste modo, recondiciona o seu papel de modo a favorecer a classe hegemônica e desarticular a classe operária. Assim, “os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromisso provisório entre o bloco no poder e fração de determinadas classes dominadas”.

O estado sendo na maior parte do tempo parcial e ignorando as necessidades das classes “invisíveis”, torna este cenário favorável para que o Agronegócio se aproprie do território utilizado secularmente pelas comunidades de Fundo e Fechos de Pastos.

2 AGRONEGÓCIO E A ESPOLIAÇÃO TERRITORIAL NO OESTE BAIANO

Houve um tempo em que a única forma de ligação com o Oeste Baiano era o Rio São Francisco, e foi justamente o rio que viabilizou as primeiras ocupações na região. Rebouças et al (2009, p. 03) descreve que:

A história da ocupação do Oeste Baiano é marcada pela importância do Rio São Francisco, que se constituía no único meio de ligação da região com outros espaços, e posteriormente dos seus principais afluentes, situados à sua margem esquerda. O Além São Francisco e as Gerais – como eram chamadas as terras à margem esquerda do rio e as próximas das divisas com outros estados, respectivamente – eram distantes da rede baiana de maior dinamismo demográfico e econômico, o litoral do estado, caracterizado pelo cultivo da cana-de-açúcar nos solos férteis de massapê. As duas regiões são separadas pelo sertão seco e inóspito e de rios intermitentes, o que também dificultava o fluxo, uma vez que as redes técnicas de transportes eram incipientes.

O início da ocupação da região aconteceu no século XVII e foi acentuada no século XVIII, durante o período do ciclo do ouro. Não há consenso sobre a chegada dos primeiros “Feicheiros”, pois acredita-se que foi em meados do século XVII.

O Oeste Baiano está inserido dentro do bioma Cerrado, e foi justamente a partir do século XVIII que o mesmo começou a se destacar, conforme descreve Nogueira (2022, pg 26):

A partir de meados do século XVIII, o Cerrado passa por um considerável aumento da respectiva população. Até então ocupado por etnias indígenas, o bioma passou a ser ocupado também por uma população migrante de origem europeia e africana que até então se concentrava nas áreas próximas ao litoral. A agricultura de subsistência passa a coexistir com uma nova atividade econômica, a mineração. Essa nova atividade permitiu a ocupação das regiões onde se localizam os atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Desde os primeiros movimentos de ocupação do bioma Cerrado no século XVIII, o mesmo passou por diversas fases expansivas. Estas foram nominadas como frentes de ocupação. A primeira aconteceu com os movimentos migratórios; a segunda teve início com a construção de ferrovias e estradas que adentravam aos territórios. A marcha para o Oeste é considerada a terceira fase de ocupação deste bioma.

O Brasil até 1970 era um país rural, e naquele tempo, de certa maneira, até mesmo nos dias atuais, o rural é/era sinal de atraso. Agora, um país dito “atrasado”, com a maioria da população vivendo em ambiente rural, não era algo bem visto, como descreve Gomes (2006, p. 30): “O rural, ainda mais o rural de um país considerado subdesenvolvido, como o Brasil, seria a representação paradigmática do atraso”.

No início do ano de 1970, não só o Brasil era visto como sendo atrasado, bem como o Cerrado também não era bem visto. O mesmo era entendido como apenas apto para a criação de gado.

Entretanto, na metade desta década, o governo passa a incentivar com políticas públicas a exploração econômica do Cerrado através da agropecuária. No anuário da EMBRAPA-Cerrado (2015, p. 08) descreve que:

O grande desenvolvimento agrícola do Cerrado foi impulsionado pela facilidade de remoção da vegetação nativa e por fatores positivos como temperatura, luminosidade, topografia plana e grande disponibilidade de calcário. Fatores socioeconômicos que beneficiaram esse desenvolvimento foram: preço baixo da terra, infraestrutura, pesquisa, assistência técnica, políticas de investimentos com juros subsidiados e de prazos longos, migração de agricultores do sul do País, afeitos à agricultura mais intensiva e ao mercado em desenvolvimento.

Com o avanço do Agronegócio nos Cerrados do Centro Oeste do Brasil, não tardou que eles chegassesem ao Oeste Baiano. Dessa forma, com sua chegada, não tardaria o aumento dos problemas com as comunidades tradicionais, como aparenta ser praxe no Brasil, como argumenta Mitidier; Goldfarb (2021, pg. 31):

No caso brasileiro, esses impactos são enriquecidos com a frequente e violenta expulsão de comunidades tradicionais, indígenas e produtores campesinos para liberar espaço à expansão desse modelo de agropecuária, somados à pressão histórica, que ficou mais evidente nos últimos anos, contra a Floresta Amazônica e o Cerrado/Pantanal.

Não obstante, o agronegócio não concretiza apenas a espoliação dos territórios das comunidades tradicionais. Além disso, a água é quase que monopolizada para atender as demandas da monocultura, a derrubada do Bioma para ampliação das áreas de plantio, além do envenenamento destes mesmos rios e solos através dos agrotóxicos utilizados indiscriminadamente, conforme atesta Mitidier; Goldfarb (2021, pg. 27):

É a escolha em incentivar a constante renovação da primarização da economia brasileira em detrimento da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, da saúde ambiental e da soberania sobre nossos recursos naturais e territórios, desincentivando a industrialização e garantindo as melhores condições para o rentismo e a pilhagem na economia do país.

O agronegócio conseguiu impingir na população brasileira a visão de que o agro é sinônimo de tecnologia, popularidade e totalidade, como atestam Carvalho; Oliveira (2021). Esse agro moderno, confronta com o “antigo agro”, atrasado e impopular.

Por consequência, quem mais sofre são os pequenos proprietários rurais, aqueles que são invisíveis aos olhos do Estado. Essa invisibilidade deixa os detentores do capital livres para “grilar²”

² Grilagem de terras é o termo usado para a prática de tomar posse de terras públicas ou de terceiros de maneira ilegal. A palavra grilagem vem de uma velha prática de falsificação de títulos de terras onde os criminosos usavam grilos para envelhecer esses documentos e dar a impressão que eram antigos.

as terras destes camponeses. Porém, os “Feicheiros” já entenderam que o único caminho é a resistência, mesmo que isto implique em algum tipo de violência.

3 VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

*Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. Nisso Leskov é magistral. (Pensem em textos como *A fraude*, ou *A águia branca*). O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação. (O narrador, Walter Benjamin)*

A luta para manter seus territórios vem de longa data, e a medida em que os conflitos para manter estes aumentaram, as comunidades de Fundo e Fechos de Pastos passaram a expor para os agentes estatais e a sociedade como um todo, o que lhes acontecia.

De maneira geral, as informações são “criadas” pelos detentores do capital ou pelos que os apoiam. Por conseguinte, a informação real acabava por não chegar ao conhecimento da sociedade. Logo, apenas quando as comunidades tradicionais entenderam que se continuassem passivos como estavam, seus territórios lhes seriam subtraídos, desde então, a violência teve início.

A fazenda Igarashi começou suas atividades no Sul do país em 1975, expandindo suas atividades para o Nordeste e Centro Oeste do Brasil. Em seu site oficial é possível ler palavras ressaltando a importância da fazenda para o Brasil e, principalmente, para a região onde está instalada: “Com a contratação de mão-de-obra local, a IGARASHI contribui para o desenvolvimento das regiões onde atua. Além disso, o recolhimento de tributos – próprios, de seus colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço – associado à renda gerada aos seus colaboradores, é um forte e imprescindível agente de desenvolvimento para os municípios e comunidades locais³”.

Portanto, com um olhar mais atento é possível identificar as contradições entre o discurso oficial e a prática; uma vez que, a luta das comunidades não se baseava apenas nas questões de apropriação indevida de terra. Os problemas, como desmatamento, uso excessivo e indevido das águas e a utilização exagerada de agrotóxicos eram também criticados.

Para a militante do MAB Andreia Neiva, “O Estado, subserviente ao agronegócio e omisso às necessidades dos trabalhadores foi que gerou o problema. A culpa não foi nossa, a culpa foi do Estado e do agronegócio. A gente só reagiu” (Neiva, 2018). Para Harvey (2005, p. 43) “A acumulação é o motor cuja potência amenta no modo de produção capitalista”.

³ <https://igarashi.com.br/>

O Estado e o agronegócio, realmente, são culpados pelos acontecimentos ocorridos em 02 de novembro, em Correntina-BA. O Estado por fechar os olhos para o problema existente, e o agronegócio por fazer com que estes olhos permanecessem fechados. Essa relação promiscua só é possível graças ao capital disponível nas mãos do agronegócio.

Quanto mais expansão territorial houver, mais o agronegócio acumula, quanto mais acumula, mais fácil para agradar aos agentes do Estado. Contudo, as comunidades tradicionais vendo seu território ameaçado, partiram para a luta.

As imagens das Figuras 03 e 04, circularam amplamente no “mundo do agro”, além de ilustrar diversas reportagens em mídias, que já entregavam as informações todas “prontas”, de maneira geral elegendo as minorias como os únicos responsáveis por supostos prejuízos de R\$500 milhões de reais.

Figura 03: Resultado dos confrontos na fazenda Igarashi



Fonte: Canal rural, 2017.⁴

Figura 04: Resultado dos confrontos na fazenda Igarashi



Fonte: Canal rural, 2017.⁵

⁴ <https://www.canalrural.com.br/noticias/mil-ribeirinhos-invadem-fazenda-quebram-tudo-69620/>

⁵ <https://www.canalrural.com.br/noticias/mil-ribeirinhos-invadem-fazenda-quebram-tudo-69620/>

Atrelada as imagens do conflito na fazenda Igarashi, dezenas de notas condenatórias confeccionadas pelo agronegócio e os agronegociantes foram inundadas nas mais diversas mídias, tais como a da fazenda Igarashi em 04 de novembro de 2017⁶:

“Invasores promoveram um ato de vandalismo injustificável e criminoso, ferindo, inclusive, um de seus colaboradores” destacando que “todas as atividades desenvolvidas possuem as autorizações ambientais que, por sua vez, “percorreram toda tramitação perante aos órgãos ambientais competentes, sendo que somente foram iniciadas as atividades após regular conclusão de todos os processos de autorizações e licenças com seus estudos, inspeções, vistorias e conclusões.

Todavia, o que os difusores de notícias não mostram, são os ataques sofridos pelas comunidades tradicionais. Diuturnamente, estas pessoas sofrem ataques de pistoleiros e grileiros. Estes, simplesmente, invadem as terras secularmente ocupadas e começam a fincar cercas (Figura 05) tentando tomar à força os territórios dos “Feicheiros”.

Figura 05: Poste para cerca instalado no período noturno



Fonte: Padua, Wilian, 2023.

Outro assunto não divulgado pela mídia, é a poluição das águas, na Figura 06, é possível observar o Rio São Desidério, próximo ao município de mesmo nome. Apesar de visualmente a água do rio estar “bonita”, ela está tão poluída, que os moradores estão recebendo água através de caminhões pipa.

⁶ Disponível em: <https://ongdip.wordpress.com/2017/11/04/igarashi-emite-nota-de-esclarecimento-sobre-invasao-de-fazenda-em-correntina/>

Figura 06: Rio São Desidério completamente poluído



Fonte: Padua, Wilian, 2023.

Em resposta às acusações do meio rural brasileiro, 35 entidades saíram em apoio às comunidades tradicionais; agora, sendo acusados de bandidos, terroristas, entre tantos outros adjetivos inverídicos. Estas entidades publicaram, no mesmo dia do comunicado da fazenda Igarashi, uma longa nota expondo as mazelas as quais estavam vivendo os “feicheiros” e, também, a sociedade dependente da água dos rios Arrojado e Correntes.

Lê-se parte da nota divulgada pelas entidades defensoras da causa dos seculares detentores do território em disputa:

“ao longo de décadas o agronegócio (tem sua) atuação, alicerçada num tripé que tem como eixos centrais: a invasão de terras públicas por meio da grilagem e da pistolegaria; o uso de dinheiro público para implantação de megaestruturas e de monoculturas de grãos e pecuária bovina; o uso irresponsável dos bens naturais, bens comuns, com impactos irreversíveis sobre o ambiente, em especial, sobre a água e a biodiversidade, além de imensuráveis impactos sociais”.

As omissões dos governos, das sociedades e dos meios de comunicação, estão ancoradas em um discurso onde o agronegócio e todas as mazelas trazidas consigo são justificadas pelo pseudodesenvolvimento alardeado pelo agronegócio. Porém, o desenvolvimento não é algo simples e acabado, conforme defende Amaro (2017, p. 77):

O tema do desenvolvimento continua a suscitar abordagens e controvérsias várias. Para uns, continua a ser um objectivo e um sonho a perseguir com determinação. Para outros, não passa de um mito, que continua a mobilizar e a atrair povos e nações, de forma não justificável, porque inalcançável. Para outros ainda, é uma peça de uma ideologia e de uma estratégia de dominação das potências sobre os países periféricos. Para outros, trata-se de um conceito

“zombie” ou moribundo, que se impõe banir e substituir por outros mais adequados. Para outros ainda, trata-se de um conceito em renovação, aberto a novos caminhos e pistas.

Esse desenvolvimento prometido pelo agronegócio nunca chega. Por outro lado, o que chega é a manipulação, a coação, o confronto, o desrespeito ao meio ambiente, o uso indiscriminado da água, o adoecimento e a mentira. Além das comunidades de Feicho e Fundos de Pastos padecerem, a sociedade, de maneira geral, carrega consigo os males desta atividade, muitas vezes iludida com o discurso “do agro”. Mas afinal, todos comem da mesma terra contaminada, bebem da mesma água contaminada e respiram o mesmo ar contaminado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa busca apreender as contradições existentes na apropriação dos territórios. Apropriação esta, que passa pela ilegalidade, exploração de trabalhadores, deterioração das condições ambientais.

De uma certa forma, estas atitudes geram conflitos, pois, apesar da desigualdade social, os trabalhadores inseridos nos territórios apropriados ou em processo de apropriação, não se calam, não se cansam de lutar por aquilo que lhes é pertencente desde os tempos pretéritos.

Para muitos membros das comunidades de Fecho e Fundos de Pasto do Oeste Baiano, criar seus “bichos” soltos na Gerais é o único modo de vida que conhecem e que desejam. Não é muito, é uma vida simples, uma vida dura, mas é isso que aprenderam com seus ancestrais, e é isso que querem continuar a fazer e passar esta ancestralidade para seus descendentes.

O agronegócio, munido do poder dos detentores do capital, não querem saber de comunidades tradicionais, querem auferir lucro, grilar terras, aumentar a produção e acumular mais ainda.

O Estado se cala ao poder dos detentores do capital, talvez, por ser o agronegócio um “investidor” das campanhas eleitorais para cargos públicos. Porventura, a inércia do Estado seja intencional, ou, em algumas vezes, por ser naturalmente moroso.

Diante disso, a verdade é que não há uma luz no fim do túnel. O cenário para os “feicheiros” não é dos melhores, apesar da resistência e da luta, o combate é desigual. O poder do capital “aleija” os combatentes, que só querem viver e sobreviver e torcer para que amanhã seja um novo dia, e que este, traga notícias melhores.

REFERÊNCIAS

AMARO, Roque Rogério. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay. Lisboa. Cadernos de Estudos Africanos, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2335>. Acessado em ago., 2023.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

CARVALHO, Jéssica Tomaz; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. Presidente Prudente. Rev. NERA Presidente Prudente v. 24, n. 58, pp. 28-55 Mai.-Ago./2021. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8082>. Acessado em ago., 2023.

EMBRAPA. Anuário EMBRAPA Cerrado. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2015.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; CHAGAS, Samuel Britto. Os pivôs da discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA. Curitiba: Editora Bom Jesus, 2020.

GOMES, Jorge R. Montenegro. Desenvolvimento em (des) Construção: Narrativas Escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105042>. Acessado em ago., 2023.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo. Ed. Anna Blume, 2005.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; Pelá, Márcia. O Cerrado Goiano numa encruzilhada de tempos os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. Revista Geográfica de América Central, EGAL. Costa Rica, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2368>. Acessado em Ago, 2023.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; GOLDFARB Yamila. O Agro não é Tech, O agro não é Pop e muito menos tudo. São Paulo. Ed. Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acessado em ago., 2023.

NEIVA, Andreia. Não é uma questão momentânea, é um processo histórico de roubo de água. Entrevista concedida a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/nao-e-uma-questao-momentanea-e-um-processo-historico-de-roubo-de-agua>. Acessado em ago., 2023.

NOGUEIRA, Sérgio H. de Moura. Desmatamentos no bioma Cerrado: contexto, padrões e tendências, impactos e alternativas. (Tese). Universidade Federal de Goiás, 2022. Acessado em: Tese Sérgio - CARACTERIZAÇÃO DO DESMATAMENTO E UMA ANÁLISE DE ALTERNATIVAS PARA A PAISAGEM DO BIOMA CERRADO.pdf. Acessado em ago., 2023.

PEREIRA, Mireli Fachini Vicente et al. Estado, Políticas Públicas e Território. São Paulo: Ed. Outras expressões, 2015.

POULANTZAS, Nicos. O estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980.

REBOUÇAS, Fádia dos Reis et al. Análise da Criação do Estado do Rio São Francisco sob a caracterização socioeconômica da região Oeste do Estado da Bahia. EGAL, 12^a, 2009, Montevideo. Disponível em:
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/33.pdf>. Acessado em ago., 2023.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos. Fundo de Pasto: Tecitura de resistência, rupturas e permanências no tempo-espacô desse modo de vida camponês. Tese de Doutoramento (Geografia). Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2010. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06062011-163321/pt-br.php>. Acessado em ago., 2023.